

# PARQUE MUNICIPAL EM ÁREA DE ATERRO CONTROLADO? ESTUDO DE CASO PARQUE JARDIM PRIMAVERA

Camila Vitorino dos Santos<sup>1</sup>; Helena Ribeiro<sup>2</sup>

## RESUMO

Áreas contaminadas por aterros controlados estão sendo recuperadas e revitalizadas ambientalmente com a finalidade de reintegrá-las à dinâmica urbana com novas funções, como parques públicos. Este trabalho teve como objetivo, a partir da experiência do Parque Jardim Primavera, apresentar o andamento de várias etapas de projeto de readequação de área contaminada por aterro controlado de resíduos sólidos, mostrando o processo de uso e ocupação da área. A metodologia contou com revisão bibliográfica e pesquisa documental. Levantamento nas bases bibliográficas Dedalus e Web of Science buscou encontrar estudos publicados, nos últimos 20 anos, sobre áreas contaminadas por aterros controlados e sua revitalização em parques. A pesquisa documental foi realizada nas instituições como SVMA e CETESB no município de São Paulo. Os resultados preliminares indicaram que a área possui potencial para reutilização, desde que gerenciados os riscos apresentados pela contaminação. A reabilitação e reutilização de áreas contaminadas para parques podem propiciar o bem-estar e a qualidade de vida à população do entorno e aos futuros usuários da área, assim como evitar o espraiamento urbano contribuindo com a sustentabilidade.

## ABSTRACT

Areas contaminated by controlled landfills are being recovered and revitalized environmentally in order to reintegrate them into urban dynamics with new functions as public parks. This work aimed, from the experience of Parque Jardim Primavera, to present the process of use and occupation of the contaminated area, aiming at its potential for reuse subject to revitalization. The methodology included literature review and documentary research. In the Dedalus and Web of Science bases, articles on studies published in the last 20 years on areas contaminated by controlled landfills and park revitalization were selected. Documents' research was conducted at institutions such as SVMA and CETESB in the city

---

<sup>1</sup>Mestranda em Saúde Pública, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. End.: Av. Dr. Arnaldo, 715 - São Paulo, Brasil. Contato: 3066-7712. E-mail: cvitorino@usp.br

<sup>2</sup>Profa. Dra. Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. End.: Av. Dr. Arnaldo, 715- São Paulo, Brasil. Contato: 3066-7712. E-mail: lena@usp.br

of São Paulo. Preliminary results indicated that the area has potential for reuse, provided that the risks of contaminants in the soil are managed. The reuse of contaminated areas for parks can provide well-being and quality of life to the surrounding population and future users of the area, as well as avoiding urban sprawl contributing to sustainability.

Palavras-chave: gerenciamento ambiental, revitalização urbana, saúde ambiental

## 1. INTRODUÇÃO

Dentro do contexto de áreas urbanas ocupadas na cidade de São Paulo, é nítido como áreas contaminadas degradam a paisagem urbana e interferem na qualidade de vida da população, uma vez que alteram as características naturais dos compartimentos e podem ocasionar riscos à saúde humana. Em contrapartida, fazem parte da estrutura da cidade e apresentam potencial de reutilização ou redesenvolvimento, desde que gerenciados os riscos apresentados pela contaminação ou poluição presente [1].

Reutilizar uma área contaminada significa reinserir novamente ao tecido urbano, possibilitando ser um instrumento de requalificação urbana. Contribui diretamente com a sustentabilidade, pois a área já está dotada de infraestrutura e serviços urbanos evitando a expansão urbana para áreas de proteção ambiental e novos gastos [2]. Deste modo, a partir da experiência do Parque Jardim Primavera, objetivou-se apresentar o processo de uso e ocupação da área contaminada, visando o seu potencial para reutilização.

## 2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DO ESTUDO

A área do Parque Jardim Primavera pertence ao município de São Paulo e está localizada na confluência das Avenidas Antônio Louzada Antunes, Mimo de Vênus e Rua Arareua s/n, junto ao sistema viário Jacu-pêssego no extremo da zona leste de São Paulo, no distrito de Vila Jacuí, em São Miguel Paulista.

Foi utilizada para extração de areia, ocorrendo a formação de cavas profundas. Posteriormente, de 1979 a 1988, a área foi utilizada para deposição de resíduos sólidos urbanos, na forma de um aterro controlado [3]. Desde sua desativação, houve a intenção de implantação de parque na área, pela Prefeitura Municipal de São Paulo. Para tal, foram

realizados estudos ambientais que resultaram na detecção de contaminação do solo e da água subterrânea e foi exigida a continuidade no gerenciamento ambiental da área.

### 3. METODOLOGIA

O método envolveu revisão bibliográfica e pesquisa documental. Mediante levantamento nas bases Dedalus e Web of Science, com as palavras-chave: *áreas contaminadas, requalificação urbana, disposição de resíduos e aterros controlados*, buscou encontrar artigos sobre estudos no tema e livros em bibliotecas, publicados nos últimos 20 anos. A pesquisa documental foi realizada através de consultas aos pareceres técnicos e estudos ambientais existentes sobre a área do Parque Jardim Primavera, na Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente de São Paulo (SVMA) e na Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). A seleção da área do estudo considerou a Lei Municipal 13.308/2002 sancionada, que cria o Parque Jardim Primavera na área contaminada.

### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na área do Parque Jardim Primavera foi realizada a atividade de extração de areia e deposição de resíduos sólidos urbanos que acarretou na contaminação do solo e da água subterrânea.

Em meados de 1981, diante da pressão da população, a Prefeitura de São Paulo se propôs a construir um aterro sanitário nas cavas de areia. Mas, pela urgente necessidade de um local para a disposição de resíduos, só foram feitas algumas intervenções na área, adaptando-a em um aterro controlado. Com a desativação do aterro, a área foi destinada à criação de um parque. Ao iniciar obras sem estudos prévios, em 2001, problemas ambientais foram identificados no local e confirmados pelas inspeções técnicas da CETESB. Em 2002, foi sancionada a Lei Municipal 13.308/2002, criando o Parque Jardim Primavera [3].

Posteriormente, no ano de 2006 deu-se início o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas com as avaliações preliminar e confirmatória. Na sequência foi solicitada a instalação de um sistema de extração vapores na área em locais específicos, a avaliação detalhada e a avaliação de risco [3].

Em continuidade ao caso, em 2012, o Ministério Público embargou a área para a implantação do Parque, justificando só ser possível quando constatada a inexistência de

risco ambiental à população local e frequentadores, exigindo o monitoramento de gases existentes no local.

Desde então, foram cumpridas a investigação ambiental na área atendendo às medidas de controle institucionais exigidas com conclusão em 2016, evidenciando a inexistência de risco nos cenários atual e futuro. Entretanto, já se passaram 3 anos do encerramento do monitoramento e 31 anos após o fechamento do aterro, sem que a área tenha sido liberada para a implantação do parque. Fato que perdura até o momento e as obras do parque continuam paralisadas, adiando a reutilização da área como um futuro parque público com áreas verdes.

## 5. CONCLUSÃO

Tendo em vista o cumprimento das medidas de intervenção adotadas e cumpridas, pode-se considerar que a reutilização da área contaminada sujeita à revitalização em parque público é viável. Constatou-se, pelos documentos consultados, a não existência de riscos de saúde humana. Além disso, essa área pode propiciar situações de bem-estar e qualidade de vida à população do entorno e aos futuros usuários, com áreas verdes, evitando o espraiamento urbano e contribuindo com a sustentabilidade.

## 6. AGRADECIMENTOS<sup>3</sup>

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[1] GÜNTHER, W. R. Áreas contaminadas no contexto da gestão urbana. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.20, n.2, p.105-117. 2006. ISBN 1806-9452.

[2] HABERMANN, M; GOUVEIA, N. **Requalificação urbana em áreas contaminadas na cidade de São Paulo**. Estudos Avançados, São Paulo, V. 28, n.84, p. 129-137. 2014. ISBN 1806-9592.

[3] WEBER AMBIENTAL LTDA. Relatório de Avaliação Ambiental e Análise de Risco- Tier 2. Fase 2. **Projeto: Antigo Aterro Municipal Jacuí**. Nov, 2007. p. 1-5.

---

<sup>3</sup>Trabalho realizado com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior- Brasil (CAPES) -Código de financiamento- 001.